

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Retratos do retrocesso no Brasil



Julice Salvagni
(organização)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO
E RENDA
Retratos do retrocesso no Brasil

Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho –
GestAções



Gest
Ações



UFRGS, Porto Alegre, 2022

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – PPGPP
Escola de Administração da UFRGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS
Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções

Organização, Capa e Editoração

Julice Salvagni

Autores

Carolina Cunha César
Carolina de Menezes Cardoso Pellegrini
Felizberto Alberto Mango
Jean da Silva Empalá
Lidia Ten Cate
Maira de Souza Ricardo
Maria Alice da Rocha Piazza
Roberta Cardoso Piedras
Sandra Mara da Silva Monteiro



Publicado sob licença
Creative Commons Atribuição – Não Comercial
CC BY-NC 4.0 © dos autores

Catálogo na Publicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Escola de Administração
Biblioteca

P779 Políticas públicas de trabalho, emprego e renda: retratos do retrocesso no Brasil. /
Organização Julice Salvagni. – Porto Alegre: UFRGS. Grupo de Estudos e Ações
sobre Mulheres e Trabalho, 2022.
204 p. : il.

ISBN 978-65-00-55364-2

1. Políticas públicas. 2. Mercado de Trabalho. 3. Mulheres. I. Título.
II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Estudos e Ações sobre
Mulheres e Trabalho. III. Salvagni, Julice (Org.).

CDU: 351:331.1

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto das leituras e debates que guiaram a disciplina de “Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda”, que ocorreu no primeiro semestre de 2022, junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS.

Em “Trabalho, emprego e renda na era da plataformização digital: o caso das trabalhadoras de cuidado”, de *Carolina de Menezes Cardoso Pellegrini*, compreende-se que a plataformização dos trabalhos de cuidado incrementa as disparidades de remuneração e gênero, já há muito existentes no mercado de trabalho formal. A autora considera que a falta de regulamentação dos mercados digitais serve de catalisador da precariedade laboral feminina, impedindo o desenvolvimento econômico e social rumo à valorização profissional.

No capítulo “Mulheres, informalidade e precarização do trabalho: uma infinda construção histórica”, escrito por Lidia Ten Cate busca-se discutir a inserção da mulher no mercado de trabalho e deslegitimação do trabalho doméstico na sociedade capitalista. A autora destaca que as políticas públicas de trabalho têm sido sucateadas junto à narrativa de diminuição do Estado e materialização do individualismo. Ou seja, atualmente tem-se o reforço de políticas voltadas para âmbito do empreendedorismo, com narrativas voltadas à meritocracia, que pouco dialogam com a realidade histórica das demandas das brasileiras no mercado de trabalho.

“Panorama das ocupações de mulheres imigrantes no Brasil” é o título do texto de Carolina Cunha César, que buscou

apresentar dados das cinco regiões do Brasil, no período de 2000 a 2020. Utilizou-se a discussão sobre trabalho decente e digno para analisar documentos como a legislação nacional pertinente à política migratória, além das normas e regulamentos sobre trabalho. Por fim, identificou-se que, em todo o país, perpetuam-se os riscos de insegurança laboral e integração social plena, diante da falta de formulação de políticas públicas direcionadas.

Sandra Mara da Silva Monteiro discorreu sobre “Mobilização e resistência na afirmação identitária das mulheres indígenas”. O capítulo versa sobre os desafios que os estudantes indígenas, que ingressaram na UFRGS pelo sistema de cotas dentro de uma Política de Ações Afirmativas, enfrentam para estar e permanecer na universidade. O choque cultural entre os povos originários e os não-indígenas tem sido um fator preponderante na promoção da evasão da universidade, especialmente às mulheres indígenas. Além das diferenças culturais, há o agravante de ter que, muitas vezes, deixar seus filhos na aldeia, longe de seu convívio.

A questão dos “Movimentos sindicais e o dilema do trabalho decente: atuação da UNTG na provisão de políticas e garantia dos direitos trabalhistas (1991-2021)” é tratada por Jean Empalá ao analisar os movimentos sindicais e as suas atuações na garantia dos direitos trabalhistas na Guiné-Bissau, apontando que a Guiné-Bissau enquanto Estado soberano se deu, em grande parte, a partir das reivindicações dos trabalhadores guineenses contra o colonialismo e o trabalho precário. Destarte, foi nesta dinâmica política e social que a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) se tornou um dos principais atores no âmbito de políticas laborais, principalmente a partir da década de 1990.

Felizberto Alberto Mango abordou o tema de “O empreendedorismo das tranças africanas como possibilidade de trabalho decente para meninas migrantes africanas em Porto Alegre, RS”. O texto retrata as vivências das trabalhadoras contratadas com ou sem carteira assinada, destacando as suas iniciativas de empreendimento no setor da moda. Com uma rica apresentação de dados empíricos, o estudo indica que é necessário formular políticas públicas de proteção e de inclusão dos migrantes no mercado de trabalho segundo às Lei Trabalhista para garantir a segurança para trabalhadores migrantes em Porto Alegre e no Brasil de forma geral.

Ao descrever os “Saberes ancestrais em tempos de plataformização do trabalho: alternativas à racionalidade capitalista no mundo contemporâneo” Roberta Cardoso Piedras analisa a criação de novas formas de trabalho no mundo contemporâneo. Seguindo essa linha, o estudo apresenta possibilidade, à luz do pensamento e das iniciativas de uma rede de povos originários. Trata-se de comunidades que resistem à expropriação de riquezas por parte do capital e demandam o uso coletivo dos recursos naturais, mas que vêm sendo afetadas pelos efeitos da plataformização. Com isso argumenta-se que, para enfrentar os efeitos desta recente reestruturação produtiva, é necessário pensar em alternativas que modifiquem a racionalidade capitalista da subsistência.

“As interligações entre o salário mínimo e a insegurança alimentar: a análise de uma política social no Brasil” é o tema abordado por Maira de Souza Ricardo. O capítulo examina o salário mínimo como política social de combate à insegurança alimentar, objetivando encontrar possíveis conexões entre seu valor e alcance com os níveis de insegurança alimentar a partir da perspectiva da teoria do efeito-

farol. Por meio de uma pesquisa documental, apresenta-se uma análise comparada entre os valores do salário mínimo e seus efeitos diante da problemática da insegurança alimentar. Os resultados indicam que, dado ao desinteresse do governo brasileiro, há um potencial desperdiçado do salário mínimo enquanto política social.

Por fim, Maria Alice da Rocha Piazza analisa “A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e os impactos das mudanças recentes na legislação trabalhista”. Considera-se que as recentes transformações legais dos direitos do trabalho podem enfraquecer as conquistas realizadas ao longo de mais de trinta anos pelo movimento de pessoas com deficiência e constringer leis de ação afirmativa, como a Lei das Cotas (Lei nº 8.213/1991). Assim, o estudo demonstra que as normas instituídas desde a redemocratização não foram suficientes para garantir a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ainda, a reforma trabalhista adotou medidas que enfraquecem o poder dos sindicatos, instituindo modalidades de contratos flexíveis, que comprometem o cumprimento da Lei das Cotas, além de favorecer a exclusão de pessoas com deficiência do mercado de trabalho.

Retratando diferentes temáticas e sob múltiplas lentes teóricas, tem algo transversal nesses textos: todos fazem referência a um panorama de retrocessos. Tal conjuntura tem posto em xeque os frágeis e insuficientes direitos conquistados à custa de muita luta e muito sangue pela classe trabalhadora. Agora, mais do que nunca, fica demonstrada a necessidade de se assegurar a continuidade das menores conquistas, em uma árdua e contínua batalha social. Travado de forma violenta e desigual, o conflito de classe condiciona aos que vivem do trabalho não só a lutar constantemente por condições dignas,

como ainda pela manutenção das menores instâncias protetivas adquiridas.

As provocações, análises e propostas que essa obra faz, integram preocupações de um corpo de pesquisadoras e pesquisadores dispostos a somar-se na luta pela justiça laboral. É por isso que escrevemos: para expor esse problema social e buscar alternativas coletivas de resistir em meio à selvageria de um modelo tão opressor.

Para a realização deste livro, agradecemos ao apoio financeiro da FAPERGS, ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS, ao Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS e à Escola de Administração, em especial à Biblioteca, pela orientação e indexação.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Julice Salvagni

22 de outubro de 2022